

ARQUIVO DISTRITAL DO PORTO

IVO CARNEIRO DE SOUSA
MARIA INÊS AMORIM

**Inventário da Documentação Régia
dos «Livros de Originaís» do Cartório
do Cabido da Sé do Porto**

PORTO
1 9 8 1

ARQUIVO DISTRITAL DO PORTO

IVO CARNEIRO DE SOUSA
MARIA INÊS AMORIM



Inventário da Documentação Régia dos «Livros de Originais» do Cartório do Cabido da Sé do Porto

Universidade Portuguesa
Biblioteca

N.º

Data .../.../...

PORTO

1 9 8 1

14
5-96

NOTA PRÉVIA

Impõe-se cada vez mais, em função das exigências da moderna historiografia, dar a conhecer aos estudiosos os acervos documentais guardados nos arquivos. Como bem acentuam os autores deste inventário, é neste particular que o Arquivo Distrital do Porto se pode considerar como sendo um dos mais importantes arquivos distritais do país. A organização de inventários constitui uma obrigação que importa promover dentro duma política cultural, desde que os mesmos obedeçam a critérios racionais e científicos. Para tal é indispensável que os seus promotores tenham uma noção exacta do que é a *ciência histórica* e as regras a que ela deve obedecer.

Cumpre-nos, aqui, recordar que já em tempo um conservador deste arquivo, o Senhor Gaspar de Almeida, realizou obra meritória: a publicação, a todos os títulos prestimosa, do *Inventário do Cartório do Cabido da Sé do Porto e dos Cartórios anexos*, Publicações do Arquivo Distrital do Porto, I, Porto, 1935 e o *Índice-Roteiro dos chamados Livros dos Originais (coleção de pergaminhos) do Cartório do Cabido da Sé do Porto*, Publicações do Arquivo Distrital do Porto, II, Porto, 1936. Deixemos aqui expressa uma palavra de gratidão para esse conservador, que teve a louvável intenção de colocar os documentos ao fácil alcance do investigador.

Na senda do seu antecessor surgem agora dois nóveis estudiosos. Os Drs. Ivo Carneiro de Sousa e Maria Inês Amorim, licenciados em História pela Faculdade de Letras do Porto, que se encontram empenhados em levar por diante uma tarefa similar, embora orientada em novos moldes. Aqui também queremos testemunhar-lhes o nosso agradecimento e desejarmos que prossigam sem desfalecimentos a missão a que se devotaram. Ao reatarmos uma tradição, praza a Deus que não nos faltem os meios para a sua concretização.

O Director do Arquivo Distrital do Porto
Humberto Baquero Moreno

I — INTRODUÇÃO

«Par essence, l'histoire est connaissance par documents» (Paul Veyne, *Comment on écrit l'histoire*, Paris, 1971, p. 15).

Mesmo que o nosso trabalho histórico, na sua narrativa, na sua abordagem dos problemas, se afaste do testemunho das fontes, a base de onde ele emana são sempre os documentos. Estes estão para a história um pouco como as sementes para a terra: a planta nascerá de uma semente, mas é o trabalho do homem que permitirá que essa planta se torne forte e resistente; também os documentos constituem o primeiro contacto que fará nascer a obra histórica, cuja coerência, cientificidade e objectividade depende, em última análise, do próprio historiador.

Daqui a importância que, para a investigação histórica, atribuímos à inventariação completa e sistemática das fontes — entre nós, em grande parte ainda por fazer — pois sem o seu conhecimento não haverá progresso da historiografia.

No caso concreto do *Arquivo Distrital do Porto* (A. D. P.), a documentação está preservada e, na sua maioria, foi já catalogada, subsistindo, contudo, algumas lacunas e erros. No sentido de darmos o nosso contributo ao preenchimento e correcção de tais lacunas e erros propusemo-nos inventariar os *documentos régios* aqui existentes, dotando, assim, este Arquivo de um catálogo específico, que ficará à disposição dos investigadores.

Iniciámos esta tarefa pela documentação régia dos chamados *Livros de Originais do Cartório do Cabido da Sé do Porto*, designação já consagrada de uma colecção que, apesar de as suas peças serem maioritariamente originais em pergamino, inclui também numerosas certidões, públicas-formas

e simples cópias de originais agora desconhecidos. Não obstante, trata-se de uma das mais preciosas colecções deste Arquivo, tanto pelo volume documental que encerra, como pelo período abrangido — 1120 a 1826 — podendo-se mesmo dizer que, só por si, bastaria para demonstrar a importância do ADP, colocando-o entre os melhores do País.

Nem todos os documentos agora inventariados estão inéditos, pois os que tinham sido transcritos no *Censual do Cabido da Sé do Porto* foram publicados na edição deste códice, existindo, porém, discrepâncias entre algumas datas dos originais e as da versão impressa no *Censual*.

Este trabalho não seria possível sem o apoio do actual director da ADP, Prof. Doutor Humberto Baquero Moreno, responsável primeiro por uma obra de autêntico rejuvenescimento do ADP, cuja frequência crescente é indicador preciso de como se deve dirigir um Arquivo no sentido de o tornar vivo e útil à cidade e ao País.

Finalmente, agradecemos também ao Dr. José Marques pela ajuda e indicações preciosas que possibilitaram um trabalho mais rigoroso. Agradecimentos extensivos à funcionária do Arquivo D. Valentina e à ex-funcionária D. Flórida pela ajuda e simpatia que sempre nos dispensaram.

II — NORMAS SEGUIDAS NA INVENTARIAÇÃO

Na medida do possível, cingimo-nos às normas de catalogação de documentos, actualmente mais seguidas. Assim, a cada documento inventariado foi atribuído um número de ordem, em algarismos árabes, seguindo-se-lhe a respectiva data, sumário e aparato crítico.

1 — A data foi colocada à esquerda, por cima do sumário, dispondo-se pelo ano, mês, dia e local onde o acto foi outorgado ou lavrado, conforme os casos. Quanto aos documentos não originais (certidões, públicas-formas, etc.), optou-se pelas suas datas, indicando-se no fim do sumário, entre parêntesis, a data do original trasladado, inexistente na colecção. Quando não foi possível estabelecer a data crítica de documentos sem data, assinalou-se o facto, colocando no respectivo lugar as iniciais *s. d.*

2 — No sumário procurou-se fornecer, de forma sintética, o essencial do conteúdo do documento, através de uma forma subjectiva.

3 — No aparato crítico indica-se o *Livro de Originais* e o fôlio em que o documento se encontra, se se trata de um original ou de certidão, pública-forma, cópia, etc., natureza do suporte paleográfico, estado de conservação (só para os deteriorados, traduzido por *det.*) e, finalmente, as dimensões em milímetros, primeiro o comprimento e depois a altura.

Omitimos voluntariamente, no aparato crítico, as referências paleográficas, devido aos problemas que nos levantavam diversos tipos de letra.

I — D. TERESA (? -1128)

1 — 1305, Agosto, 23 — Porto

D. Teresa doa ao bispo D. Hugo a jurisdição da cidade do Porto (1120, Abril, s. l.)

Livro 1664, fl. 72-2.º, instrumento ⁽¹⁾

II — D. AFONSO HENRIQUES (Infante e Príncipe: 1128-1139; Rei: 1139-1185)

2 — 1305, Agosto, 23 — Porto

D. Afonso Henriques concede de novo a jurisdição da cidade do Porto ao seu bispo, D. João Peculiar, em confirmação da doação feita por sua mãe (V. n.º 1)

Livro 1664, fl. 72-1.º, instrumento (V. nota 1)

⁽¹⁾ O n.º 72 do *Livro 1664* é um instrumento, escrito em várias folhas de pergaminho cosidas (com cerca de 304 × 530 mm cada uma), contendo o traslado de quarenta documentos (n.ºs 72-1.º — 72-40.º), o último dos quais inclui as provisões dos tabeliães conferidas pelo arcebispo de Braga. Todos estes traslados estão sumariados a fl. 20 do *Livro 1680*.

III — D. AFONSO II (1211-1223)

3 — 1218, Março — Santarém

D. Afonso II doa ao bispo D. Martinho Rodrigues e Igreja da Sé do Porto, os direitos reais da mesma e todo o seu bispado para os seus sucessores e para sempre.

Livro 1664, fl. 1, original, pergaminho, 350 × 357
(Trasladado a fls. 2 e segs. do mesmo livro e a fls. 106 e segs. do livro 752 das Sentenças)

IV — D. SANCHE II (1223-1248)

4 — 1238 — Porto

Alvará de procuração que deu D. Sancho II ao bispo de Salamanca e ao deão de Zamora para lhe pedirem absolvição do interdito. Outra carta para se compor com o bispo e cabido do Porto sobre a redízima da Alfândega e Igrejas dadas em troco de jurisdição. (? , Agosto, 25, Coimbra)

Livro 1673, fl. 26, instrumento, pergaminho, 205 × 660
(Trasladado a fls. 251 e segs. do Livro 752 das Sentenças)

5 — 1305, Agosto, 23 — Porto

D. Sancho II outorga a concessão à Igreja do Porto dos direitos e jurisdição da cidade, como já haviam feito os seus antecessores. Afirma que nunca enviaria por mordomo algum burguês da dita cidade e que nenhum clérigo do reino seria obrigado a participar na guerra, excepto com os sarracenos. Isenta o clero de aposentadoria passiva, excepto a ele, Rei. E se houvesse demanda entre ele, Rei, e algum clérigo do bispado, fosse determinada pelo bispo; entre este e o Rei fosse determinada pelo arcebispo de Braga, caso não apelasse para o Papa.

Livro 1664, fl. 72-15.º, instrumento (V. nota 1)
(Traslado a fls. 94 v.º e segs. do mesmo livro)

6 — 1305, Agosto, 23 — Porto

D. Sancho II envia ao bispo D. Martinho graças e privilégios para o clero do Porto e facilita-lhe todo o acesso para qualquer postulação ou representação que lhe quisessem fazer. (s. d.)

Livro 1664, fl. 72-16.º, instrumento (V. nota 1)
(Traslado a fls. 95 v.º e segs. do mesmo livro)

7 — 1305, Agosto, 23 — Porto

D. Sancho II confirma o foro da cidade do Porto.

Livro 1664, fl. 72-17.º, instrumento (V. nota 1)

8 — 1305, Agosto, 23 — Porto

D. Sancho II manda que, não obstante a carta de foro, tenha o bispo D. Martinho a Igreja do Porto com tudo o que lhe pertence (s. d.)

Livro 1664, fl. 72-18.º, instrumento (V. nota 1)

9 — 1305, Agosto, 23 — Porto

D. Sancho II manda que o bispo D. Martinho tenha a cidade do Porto e expõe a queixa que este lhe fizera sobre a dízima (s. d.)

Livro 1664, fl. 72-19.º, instrumento (V. nota 1)

10 — 1305, Agosto, 23 — Porto

D. Sancho II agradece ao bispo D. Martinho a «boa-guarda» que fazia da cidade do Porto e roga-lhe que não receba nela Pedro Poiares (sobrinho do rei) e que o expulsem ou prendam (s. d.)

Livro 1664, fl. 72-20.º, instrumento (V. nota 1)

11 — 1305, Agosto, 23 — Porto

D. Sancho II proíbe que se obriguem os moradores e pescadores do Porto a usarem os navios e galés reais, mas apenas o façam voluntariamente (1225, Julho, 13, s. l.).

Livro 1664, fl. 72-29.º, instrumento (V. nota 1)

12 — 1306, Fevereiro, 28 — s. l.

Instrumento que contém o contrato feito com D. Sancho II sobre o direito das portagens (1238, Maio, Coimbra)

Livro 1664, fl. 21, instrumento, pergaminho, 192 × 490
(Traslado a fls. 22 e segs. do mesmo livro e a fls. 119 e segs. do *Livro 752 das Sentenças*)

13 — 1465, Março, 22 — s. l.

D. Sancho II doa ao bispo D. Pedro Salvador os padroados das Igrejas de Soalhães e Beduide com o direito de redízima da Alfândega.

Livro 1664, fl. 8, instrumento, pergaminho, 464 × 495
(Traslado a fls. 9 e segs. do mesmo livro e fls. 110 e segs. do *Livro 752 das Sentenças*)

V — D. AFONSO III (1248-1279)

14 — 1255, Setembro — Gaia
Foral de Gaia.

Livro 1673, fl. 3, original, pergaminho, 450 × 650
(Traslado a fls. 240 e segs. do *Livro 752 das Sentenças*).

15 — 1305, Agosto, 23 — Porto

D. Afonso III revoga alguns gravames feitos à Igreja do Porto. (1250, Outubro, 2, Guarda)

Livro 1664, fl. 72-21.º, instrumento (V. nota 1)
(Traslado a fls. 99 e segs. do mesmo livro)

16 — 1305, Agosto, 23 — Porto

D. Afonso III proíbe que se se ponham encoutos às pessoas e bens dos moradores da cidade do Porto. (1264, Coimbra)

Livro 1664, fl. 72-30.º, instrumento (V. nota 1)
(Traslado a fl. 106 e segs. do mesmo livro)

17 — 1305, Agosto, 23 — Porto

D. Afonso III envia carta ao bispo D. Martinho para que fizesse justiça ao mercador Pedro Martine.
(? , Agosto 12, s. l.)

Livro 1664, fl. 72-31.º, instrumento (V. nota 1)
(Traslado a fls. 106 v.º, do mesmo livro)

18 — 1805, Novembro, 4 — Lisboa

Inquirições de D. Afonso III em relação aos artigos das Igrejas da Maia e Porto (s. d.)

Livro 1670, fls. 63 a 70, traslado, papel, 220 × 335

VI — D. DINIS (1279-1325)

19 — 1288 — s. l.

D. Dinis dá licença para que o bispo do Porto, D. Vicente, possa comprar metade de uma quinta e um casal e meio no lugar da Quintã, freguesia de Pindelo (Maia). (1280, Janeiro, 5, Coimbra)

Livro 1686, fl. 25, traslado, pergaminho, 140 × 382

20 — 1292, Junho, 20 — Porto

D. Dinis doa ao bispo D. Vicente e cabido do Porto o padroado da Igreja de Santa Marinha em Gaia, com todos os seus herdamentos, mais dois casais no julgado de Gaia (um em Fermussa outro em Atiais) e confirma, também, a doação de D. Afonso III da Igreja de Cabanões.

Livro 1662, fl. 3, original, pergaminho, 336 × 222
(Traslado a fls. 5 e segs. do mesmo livro; a fl. 10 do livro 752 e fl. 9 do livro 751 das Sentenças)

21 — 1295, Dezembro, 12 — Porto

D. Dinis confirma a carta régia de D. Afonso III em que se determinava que o abade de Canedo pagasse 7 medidas dos bens reguengos pertencentes a esse mosteiro (1212, —)

Livro 1683, fl. 35, original, pergaminho, 187 × 190
(Traslado a fls. 617 e segs. do livro 753 das Sentenças)

22 — 1304, Março, 28 — Lisboa

D. Dinis doa ao bispo do Porto D. Giraldo o mosteiro de Canedo, com a obrigação de uma missa.

Livro 1665, fl. 1, original, pergaminho det., $\approx 270 \times \approx 370$
(Traslado a fls. 2 e segs. do mesmo livro e fl. 7 do livro 1683)

23 — 1305, Agosto, 23 — Porto

D. Dinis roga ao bispo do Porto D. Vicente que deixe permanecer na cidade o seu almoxarife, até que o próprio D. Vicente regresse de Roma, sem prejuízo dos seus direitos (1282, Abril, 28, Évora)

Livro 1664, fl. 72-35.º, instrumento (V. nota 1)
(Traslado a fls. 111 v.º e segs. do mesmo livro)

24 — 1305, Agosto, 23 — Porto

D. Dinis compõe-se com o bispo, D. Vicente, sobre as pescarias no rio Douro e seus direitos que haviam sido perturbados por D. Afonso II, a quem o papa Clemente IV havia expedido letras apostólicas com a exposição das queixas e do prejuízo feito à Igreja por aquele rei, ao mandar que se não vendesse nem comprasse aos moradores do Porto sal algum em outro lugar a não ser no de Gaia. Constrangia, assim, os moradores a que aí fossem residir e nele descarregassem todos os navios e barcas para pagarem os direitos ao rei e privando deles a Igreja. (1282, Abril, 28, Évora)

Livro 1664, fl. 72-36.º, instrumento, (V. nota 1)
(Traslado a fls. 112 v.º e segs. do mesmo livro)

25 — 1305, Agosto, 23 — Porto

D. Dinis atende a queixa feita pelo bispo D. Giraldo Domingues para que revogasse a carta que havia expedido à Câmara da cidade do Porto em que determinara que as apelações dos bispos e seus ministros lhe fossem enviadas e concede que a Igreja fique na posse em que dantes estava (1300, Abril, 10, Sabugal)

Livro 1664, fl. 72-37.º, instrumento, (V. nota 1)
(Traslado a fls. 116 v.º e segs. do mesmo livro)

26 — 1305, Setembro, 6 — Lisboa

D. Dinis envia o traslado de uma sua carta ao tabelião da Feira para que notifique uns cavaleiros, donas e escudeiros a não pousarem nem comerem no mosteiro de Canedo (1293, Novembro, 27, Coimbra)

Livro 1677, fl. 3, pergaminho, 393 × 240
(Traslado a fls. 30 e segs. do livro 808 das Sentenças)

27 — 1316, Setembro, 18 — Porto

D. Dinis determina que o almoxarife levante o embargo que o concelho tinha feito nas açougagens e outras coisas e que tudo fosse entregue à Igreja do Porto por serem direitos seus (1316, Setembro, 10, Lisboa)

Livro 1664, fl. 41, instrumento, pergaminho, 288 × 763
(Traslado a fls. 41 e segs. do mesmo livro e fls. 133 e segs. do livro 752 das Sentenças)

28 — 1322, Julho, 28 — Porto

D. Dinis determina que os moradores de Guimarães, apesar dos seus privilégios, paguem portagem das fazendas que trouxerem à cidade do Porto, por não ser sua real intenção prejudicar a Igreja portuense e seus donatários nos direitos que lhe pertencem (1322, Junho, 17, Lisboa)

Livro 1664, fl. 52, instrumento, pergaminho, 302 × 280
(Traslado a fls. 53 e segs. do mesmo livro e a fls. 141 e segs. do livro 752 das Sentenças)

29 — 1323, Setembro, 17 — Porto

D. Dinis doa ao bispo D. Giraldo o mosteiro de Canedo (V. n.º 27) e o bispo doa ao cabido esse mosteiro (1307, Setembro)

Livro 1665, fl. 6, instrumento, pergaminho, 370 × 502
(Traslado a fls. 7 e segs. do mesmo livro e a fls. 578 e segs. do livro 753 das Sentenças)

30 — 1323, Dezembro, 10 — Lisboa

D. Dinis manda que o bispo D. João Gomes volte à posse em que estava de meter juizes e que as apelações se expedissem para ele, salvo nos feitos criminais, até se determinar a quem pertenciam.

Livro 1664, fl. 72-58.º, instrumento, pergaminho, (V. nota 1)
(Traslado a fls. 117 e segs. do mesmo livro)

31 — 1327, Dezembro — Porto

D. Dinis manda que o almoxarife venda umas casas na Sapataria para pagamento de dívidas (1289, Janeiro, 15, Lisboa)

Livro 1666, fl. 3, instrumento pergaminho, 184 × 427
(Traslado a fls. 11 e segs. do livro 790 das Sentenças)

32 — 1769, Setembro, 27 — Lisboa

D. Dinis confirma a doação que D. Afonso III tinha feito da Igreja de Cabanões ao bispo do Porto, a favor de quem desiste da Igreja de Lamegal (1282, Abril, 28, Évora)

Livro 1662, fls. 25 e segs., certidão, papel, 210 × 298

VII — D. AFONSO IV (1325-1357)

33 — 1335, Janeiro, 22 — Porto

D. Afonso IV confirma através de duas cartas (1325, Fevereiro, 5, Santarém e 1331, Abril, 3, Santarém) a sentença de D. Dinis para que nem os filhos de Afonso Rodrigues Ribeiro nem outros quaisquer cavaleiros vão pousar, comer, filhar ou molestar a Igreja de Válega (1265, Junho, 10, Lisboa) — contém, ainda, uma sentença da infanta D. Branca sobre o mesmo assunto (1334, Abril, 30, Alenquer)

Livro 1667, fl. 50, instrumento, pergaminho, 237 × 1110

34 — 1342, Março, 22 — Leiria

D. Afonso IV determina que o cabido do Porto conserve o seu domínio na Igreja e mosteiro de Canedo, livre de hospedagem e outros encargos.

Livro 1683, fl. 28, original, pergaminho, 250 × 137

35 — 1342, Maio, 13 — Santarém

D. Afonso IV sentencia a favor de Maria Domingues contra frei Afonso, cavaleiro da Ordem do Hospital, sobre os casais do Penedo e do Outeiro.

Livro 1685, fl. 7, original, pergaminho, 575 × 202
(Traslado a fls. 55 e segs. do léxico 812 das Sentenças)

36 — 1755, Junho, 2 — Lisboa

D. Afonso IV confirma à mitra do Porto a jurisdição civil do couto de S. Pedro de Ferreira (1336, Outubro, 5, Lisboa)

Livro 1659, fls. 16 a 18, certidão, papel, 212 × 298

37 — 1769, Agosto, 25 — Lisboa

D. Afonso IV confirma à mitra do Porto os coutos de Crestuma e Paranhos (1341, Junho, 19, Lisboa)

Livro 1659, fls. 66 e segs., certidão, papel, 210 × 298

38 — 1769, Outubro, 23 — Lisboa

D. Afonso IV confirma à mitra do Porto a jurisdição civil nos coutos de Sandoado, Campanhã e Meinedo (1341, Junho, 14, Lisboa) em confirmação da doação de D. Afonso Henriques (1131, Setembro, 5, s. l.)

Livro 1659, fls. 34 e segs., certidão, papel, 206 × 300

39 — 1779, Agosto 23 — Lisboa

D. Afonso IV confirma à mitra do Porto os coutos de Régua e Roriz (1341, Maio, 24, Lisboa)

Livro 1659, fls. 73 e segs., certidão, papel, 210 × 297

40 — 1779, Agosto, 25 — Lisboa

D. Afonso IV confirma a doação de D. Afonso Henriques (1130, s. l.) do couto de S. Pedro da Cova à mitra do Porto (1341, Junho, 26, Lisboa)

Livro 1659, fls. 28 e segs., certidão, papel, 298 × 203

41 — 1779, Outubro, 7 — Porto

D. Afonso IV confirma a jurisdição do couto de Meinedo ao mesmo Arcediago (1341, Junho, 15, Lisboa)

Livro 1659, fls. 45 e segs., certidão, papel, 220 × 326

VIII — D. FERNANDO (1367-1383)

42 — 1368, Junho — Santarém

D. Fernando sentencia a favor dos cônegos e vigários da Sé do Porto para que possam conduzir os vinhos dos seus benefícios e venderem-no, se quisessem, para os seus gastos, sem pagarem sisa nem portagem.

Livro 1661, fl. 31, original, pergaminho, 422 × 326
(Traslado a fls. 32 e segs. do mesmo livro e fls. 409 e segs. do livro 753 das Sentenças)

43 — 1375, Fevereiro, 12 — Porto

D. Fernando isenta de sisa os vinhos das obradas que forem levados à Sé do Porto (1374, Dezembro, 29, Évora)

Livro 1680, fl. 3, instrumento, pergaminho, 262 × 545
(Traslado a fls. 15 e segs. do livro 817 das Sentenças)

44 — 1380, Fevereiro, 12 — Évora

D. Fernando manda que se guardem as cartas de privilégio concedidas ao bispo, cabido e demais corpo eclesiástico para que não pagassem sisa e portagem do vinho que mandassem vir para seu gasto, ainda que vendessem o que lhes sobrasse.

Livro 1661, fl. 42, certidão, original, pergaminho, 354 × 164
(Traslado a fls. 43 e segs. do mesmo livro e fls. 418 e segs. do livro 753 das Sentenças)

45 — 1423 — Porto

Sentença contra os moradores de Coimbra para pagarem portagem à Igreja do Porto, não obstante as cartas régias que os privilegiam e que vêm insertas:

— D. Fernando: 1367, Março, 10, Santarém em confirmação de carta anterior, 1383, Agosto, 28, Lisboa;

— D. Pedro I: 1357, Agosto, 24, Torres Vedras;

— D. Dinis: 1332, Abril, 21, Lisboa.

(As restantes cartas régias trasladadas são ilegíveis devido ao estado deteriorado do pergaminho)

Livro 1673, fl. 10, instrumento, pergaminho det., 437 × 745

IX — D. JOÃO I (1385-1433)

46 — 1388, Março, 7 — Melgaço

D. João I determina que se pague tudo o que se devesse à Igreja do Bispo e Cabido do Porto e, também, que os mercadores lhes pagassem de tudo o que levassem para a França ou Inglaterra.

Livro 1673, fl. 19, original, pergaminho, 290 × 230
(Traslado a fls. 284 e segs. do livro 752 das Sentenças)

47 — 1390, Março, 11 — Coimbra

D. João I determina que o almoxarife e oficiais da Alfândega paguem à Igreja do Porto e seus donatários os direitos da redízima.

Livro 1664, fl. 57, original, pergaminho, 241 × 193
(Traslado a fl. 58 e segs do mesmo livro e fls. 144 e segs. do livro 752 das sentenças)

48 — 1392, Setembro, 3 — Porto

Contrato entre D. João I e o cabido para cessarem as dúvidas que havia sobre a jurisdição da cidade do Porto (s. d.)

Livro 1673, fl. 23, instrumento, pergaminho, 255 × 520
(Traslado a fls 287 e segs. do livro 752 das Sentenças)

49 — 1394, Setembro, 30 — Porto

D. João I sentencia contra João Rodrigues de Sá sobre as violências que fazia a vários casais do cabido em Valadares, Tarouquela e Portela.

Livro 1679, fl. 10, original, pergaminho, 493 × 510

50 — 1396, Agosto, 14 — Lisboa

D. João I determina que os almoxarifes e seus oficiais mantenham o bispo, cabido e seus caseiros na posse das terras reguengas que lhes haviam tirado sem serem ouvidos, até que se julgue por direito sobre a posse dessas terras.

Livro 1687, fl. 50, original, pergaminho, 303 × 316

51 — 1405, Fevereiro, 21 — Montemor-o-Novo

D. João I determina que o almoxarife do Porto pague aos donatários dos direitos reais as 3000 libras de que se tinha feito contrato acerca do interdito da cidade.

Livro 1673, fl. 6, original, pergaminho, 325 × 315
(Translado a fls. 16 e segs. do livro 752 das Sentenças)

52 — 1406, Janeiro, 15 — Lisboa

D. João I dirige-se ao contador Tomé Martins para que se paguem os direitos do Bispo e Cabido do Porto.

Livro 1682, fl. 24, original, pergaminho, 295 × 315
(Traslado a fls. 317 e segs. do livro 752 das Sentenças)

53 — 1406, Abril, 1 — Montemor-o-Novo

D. João I determina que o almoxarife do Porto não impeça a cobrança da renda dos tabeliães pelo Cabido.

Livro 1676, fl. 2, original, pergaminho, 455 × 265
(Traslado a fls. 7 e segs. do livro 801 das Sentenças)

54 — 1414, Agosto, 8 — Lisboa

D. João I sentencia contra os judeus para que paguem portagem à Igreja do Porto.

Livro 1673, fl. fl. 2, original, erg°aminho, 360 × 290

55 — 1417, Setembro, 22 — Porto

Segundo contrato de D. João I feito com o bispo do Porto (D. Gil) e cabido, por ter ficado incompleto o primeiro feito com o bispo D. João III, sobre as as 3000 libras que se obriga a pagar e impõe nos poços da rua Formosa, pensões dos tabeliães e rendas da Alfândega (1405, Fevereiro, 13, Montemor-o-Novo)

Livro 1673, fl. 5, instrumento, pergaminho, 460 × 415
(Traslado a fls. 6 do livro 1687 e fls. 303 e segs. do livro 752 das Sentenças)

56 — Outubro, 27 — Lisboa

D. João I sentencia contra os moradores de Guimarães para que paguem portagem à Igreja do Porto, apesar dos seus privilégios.

Livro 1673, fl. 8, original, pergaminho, 495 × 415
(Traslado a fl. 16 do mesmo livro)

57 — 1426, Março, 2 — Porto

D. João I determina ao corregedor de Entre-Douro-e-Minho que levante o embargo que tinha posto na renda dos votos por dois anos, até que se averigue a quantidade que deles se devia pagar (1426, Fevereiro, 2, Montemor-o-Novo)

Livro 1674, fl. 26, instrumento, pergaminho, 335 × 455
(Traslado a fls. 148 e segs. do livro 800 das Sentenças)

58 — 1426, Março, 11 — Porto

D. João I manda que as justiças do rei façam pagar os votos ao Bispo e Cabido da cidade do Porto (1426, Fevereiro, 2, Montemor-o-Novo)

Livro 1663, fls. 32 e 33, traslado, pergaminho, 331 × 468
(Traslado a fls. 33 v.º e segs. do mesmo livro)

- 59 — 1426, Maio, 2 — Porto
D. João I determina ao Corregedor de Entre-Douro-e-Minho que deixe livre a jurisdição do Bispo e Cabido do Porto (1423, Julho, 3, s. l.).
Livro 1674, fl. 18, instrumento, pergaminho, 500 × 550
(Traslado a fls. 19 e 20 do mesmo livro)
- 60 — 1430, Maio, 3 — Santarém
D. João I determina que o bispo e cabido do Porto possam conservar as pensões, foros e direitos nos bens reguengos que alguns fidalgos impediam de cobrar.
Livro 1687, fl. 19, original, pergaminho, 290 × 219
(Traslado a fls. 244 e segs. do livro 743 das Sentenças)
- 61 — 1431, Julho, 19 — Lisboa
D. João I determina que o bispo D. Antão conserve a posse dos frutos da câmara da Régua.
Livro 1682, fl. 22, original, pergaminho, 720 × 537
- 62 — 1432, Abril, 26 — Torres Vedras
D. João I manda que os lavradores que costumam pagar votos o façam de todos os casais, excepto dos que estiverem completamente ermos.
Livro 1674, fl. 15, original, pergaminho, 355 × 525
(Traslado a fl. 39 do livro 1663)
- 63 — 1439, Abril, 18 — Porto
D. João I manda que os lavradores que costumam pagar votos o façam de todos os casais, exceptuando os que estiverem completamente ermos. (Traslado da carta anterior).
Livro 1674, fl. 10, instrumento, pergaminho, 425 × 435
(Traslado a fls. 22 e 23 do mesmo livro, fl. 39 do livro 1663 e fl. 82 do livro 800 das Sentenças)
- 64 — 1465, Maio, 22 — s. l.
D. João I obriga a que se pague a redízima da Alfândega à Sé do Porto (1427, Maio, 20, Lisboa).
Livro 1664, fl. 8 v.º, instrumento, pergaminho, 464 × 495

65 — 1756, Abril, 28 — Lisboa

D. João I determina que as pessoas poderosas não façam aposentadoria em casa dos clérigos (1429, Fevereiro, 21, Évora).

Livro 1661, fls. 5 e segs., traslado, papel, 311 × 301

66 — 1769, Setembro, 28 — Lisboa

D. João I determina que os bispos, prelados e clérigos do bispado do Porto não paguem fintas, talhas e outras quais quer obrigações (1423, Abril, 9, Coimbra).

Livro 1661, fl. 9 e segs., traslado, papel, 211 × 291

67 — 1769, Setembro, 30 — Lisboa

D. João I determina que os juizes, vereadores e procurador dos homens-bons da cidade do Porto guardem os privilégios e liberdades do bispo, priores e cleresia (1423, Abril, 8, Coimbra).

Livro 1661, fls. 28 e segs., certidão, papel, 206 × 295

X — D. DUARTE (1433-1438)

68 — 1434, Dezembro, 28 — Porto

D. Duarte determina que o juiz da Alfândega do Porto entregue uma chave do armazém ao escrivão dos donatários e que nada se fizesse sem a presença desse escrivão (1433, s. l.)

Livro 1673, fl. 18, instrumento, pergaminho, 310 × 350
(Traslado a fls. 299 e segs. do livro 752 das Sentenças)

69 — 1441, Abril, 28 — Porto

D. Duarte dá providências às perturbações que as justiças da terra faziam aos coutos, bens, herdades, rendas e direitos pessoais do bispo e cabido do Porto (1435, Novembro, 18, Santarém)

Livro 1659, fl. 2, traslado, pergaminho, 316 × 381
(Traslado a fls. 3 e segs. do mesmo livro e fls. 563 e segs. do livro 753 das Sentenças)

XI — D. AFONSO V (1449-1481)

70 — 1442 — Lisboa ⁽²⁾

D. Afonso V confirma as mercês e os privilégios que os reis, seus antepassados, tinham feito à Igreja do Porto.

Livro 1661, fl. 2, original, pergaminho det., 300 × 244
(Traslados a fls. 13 e segs. do mesmo livro e fls. 392 e segs. do livro 753 das Sentenças)

71 — 1450, Março, 21 — Porto

D. Afonso V faz mercê às Igrejas, mosteiros, corporações e pessoas religiosas do reino, para que possuam os bens que tivessem à morte do seu avô, D. João I e que data desta provisão (1440, Março, 21, s. l.) ⁽³⁾

Livro 1687, fl. 67, instrumento, pergaminho, 550 × 601
(Traslado a fls. 178 e segs. do livro 816 das Sentenças)

72 — 1451, Abril, 17 — Santarém

D. Afonso V sentencia a favor da Mitra e Cabido do Porto, contra os moradores das freguesias de Oleiros, Pedroso, etc., que eram obrigados a pagar os votos.

Livro 1663, fl. 57, original, pergaminho, 575 × 351
(Traslado a fls. 58 v.º e segs. do mesmo livro e a fls. 487 e segs. do livro 753 das Sentenças)

73 — 1451, Maio, 6 — Porto

D. Afonso V manda que o almoxarife da cidade do Porto se inteire das queixas dos lavradores da freguesia de Pedroso e outras, acerca da forma como se cobravam e mediam os votos. (1451, Abril, 17, Santarém)

Livro 1674, fl. 25, instrumento, pergaminho, 490 × 440
(Traslados a fl. 6 do mesmo livro e a fls. 139 e segs. do livro 800 das Sentenças)

⁽²⁾ e ⁽³⁾ Ainda na regência de D. Pedro (1438-1448).

74 — 1452, Junho, 19 — Évora

D. Afonso V ordena que se execute a decisão de D. João I sobre prestação de votos (1432, Abril, 26, s. l.).

Livro 1663, fl. 50, original, pergaminho, 382 × 555
(Traslados a fls. 51 v.º e segs. do mesmo livro e fls. 481 e segs. do livro 753 das Sentenças)

75 — 1457, Março, 29 — Santarém

D. Afonso V sentencia contra os moradores das terras da Feira, Gaia e couto de Pedroso, obrigando-os a pagarem os votos e fundamentando-se na autoridade da sentença de D. João I (V. n.º 67).

Livro 1663, fl. 64, original, pergaminho, 502 × 293
(Traslados a fls. 65 v.º e segs. do mesmo livro e a fls. 492 e segs. do livro 755 das Sentenças)

76 — 1457, Novembro, 22 — Santarém

Capítulos de cortes em que o rei concede privilégios à clerezia e acaba com as várias opressões feitas pelas justiças seculares.

Livro 1680, fls. 13 a 18, original, pergaminho, 235 × 300
(Traslado a fls. 63 e segs., do livro 817 das Sentenças)

77 — 1459, Abril, 21 — Lisboa

D. Afonso V sentencia contra Fernão Vasques de Avintes para que não obrigue os caseiros do Cabido do Porto e de alguns mosteiros do bispado a darem-lhe geiras e outros pagamentos.

Livro 1680, fl. 21, original, pergaminho, 645 × 730
(Traslado a fls. 89 e segs. do livro 817 das Sentenças)

78 — 1460, Julho, 6 — Guimarães

D. Afonso V doa 50 mil reis à Igreja do Porto, em remuneração do prejuízo que ela sentira com as 3 mil libras contratadas com D. João I.

Livro 1673, fl. 17, original, pergaminho, 285 × 252
(Traslado a fls. 327 e segs. do livro 752 das Sentenças)

- 79 — 1463, Junho, 22 — Lisboa
D. Afonso V sentencia sobre as quintas de Urrô e Marrecos que pertenciam a Diogo Gonçalves Peixoto.
Livro 1671, fl. 46, original, pergaminho, 522 × 815
- 80 — 1466, Fevereiro, 17 — Porto
D. Afonso V concede licença régia para o cabido poder comprar um quarto das casas de Florência Gonçalves, sitas na Rua Escura.
Livro 1682, fl. 14, original, pergaminho, 287 × 197
(Traslado a fls. 56 e segs. do livro 810 das Sentenças)
- 81 — 1467, Junho, 8 — Lisboa
D. Afonso V permite que o Cabido do Porto possa comprar herdades de pão, vinho e azeite, e outros bens de raiz até ao valor de 30 000 reis brancos para os aniversários dos cónegos e beneficiados.
Livro 1687, fl. 10, original, pergaminho, 365 × 211
- 82 — 1474, Março, 16 — Porto
Sentença de D. Afonso V (1452, Junho, 19, s. l.) que manda observar a de D. João I que condena os lavradores a pagarem os votos dos casais que não estiverem ermos (V. n.º 62 e 63)
Livro 1674, fl. 24, instrumento, pergaminho, 540 × 545
(Traslado a fls. 128 e segs. do livro 800 das Sentenças)
- 83 — 1475, Março, 27 — Évora
D. Afonso V manda que o bispo e cabido do Porto paguem mais anualmente na Alfândega devido ao aumento das libras.
Livro 1680, fl. 1, original, pergaminho, 545 × 407
(Traslado a fls. 7 e segs. do livro 817 das Sentenças)
- 84 — 1479, Maio, 30 — Porto
D. Afonso V concede licença ao cónego Afonso Luís, prior de Santa Maria de Vila Nova do Casal, para poder empregar em bens de raiz certa quantia.
Livro 1687, fl. 57, original, pergaminho, 240 × 186
(Traslado a fls. 248 e 248 v.º do livro 743 das Sentenças)

XII — D. JOÃO II (1481-1495)

85 — 1482, Junho, 25 — Évora

D. João II manda observar uma carta de D. Afonso V a respeito das barregãs dos clérigos (1454, Maio, 26, Lisboa).

Livro 1680, fl. 8, original, pergaminho, 540 × 715
(Traslado a fls. 33 e segs. do livro 817 das Sentenças)

86 — 1485, Maio, 6 — Vidigueira

D. João II manda observar a sentença de D. João I sobre a obrigação de pagamento dos votos à Igreja do Porto (1432, Abril, 26, s. l.).

Livro 1663, fl. 70, original, pergaminho, 525 × 534
(Traslado a fls. 71 v.º e segs. do mesmo livro e fls. 497 do livro 753 das Sentenças)

87 — 1491, Julho, 13 — Santarém

D. João II permite que o cabido do Porto possua umas casas na Sé que lhe deixara Afonso Luís.

Livro 1686, fl. 3, original, pergaminho, 360 × 360
(Traslado a fls. 23 e segs. do livro 813 das Sentenças)

XIII — D. MANUEL I (1495-1521)

88 — 1498, Março, 27 (?) — Lisboa

D. Manuel I sentencia contra Gonçalo Pires e Afonso Martins capitães de duas caravelas, para pagarem aos donatários a redízima dos escravos que traziam da Guiné.

Livro 1673, fl. 15, original, pergaminho, 615 × 695

89 — 1498, Agosto, 1 — s. l.

D. Manuel I determina que a cleresia, beneficiados e corpo eclesiástico sejam isentos de pagar sisa, portagem e outros direitos sobre mercadorias que comprassem ou vendessem.

Livro 1687, fl. 4, original, pergaminho det., 510 × 335
(Traslado a fls. 124 v.º e segs. do livro 824 das Sentenças)

90 — 1502, Julho, 22 — Lisboa

D. Manuel I permite que o escrivão da redízima se fosse cónego, meio cónego, escudeiro do bispo ou pessoa tal, tivesse assento na mesa grande da Alfândega com os restantes escrivães da Fazenda Real.

Livro 1673, fl. 4, original, pergaminho, 265 × 258
(Traslado a fls. 336 e segs. do livro 752 das Sentenças)

91 — 1502, Setembro, 6 — Sintra

D. Manuel I confirma a doação de D. João I de 3 libras da moeda antiga à Igreja do Porto (V. n.º 51)

Livro 1660, fl. 3, original, pergaminho, 673 × 575

92 — 1505, Janeiro, 21 — Lisboa

D. Manuel I concede licença ao cabido do Porto para poder possuir uma casa de forno, situada em Miragaia, que lhe havia deixado o cónego João de Refojos.

Livro 1672, fl. 10, original, pergaminho, 282 × 211

93 — 1779, Junho, 8 — Lisboa

D. Manuel I concede à Mitra do Porto 2770 reis anuais (1518, Outubro, 6, Torres Vedras).

Livro 1660, fls. 120 e segs., certidão, papel, 211 × 362

XIV — D. JOÃO III (1521-1557)

94 — 1524, Março, 28 — Almeirim

D. João III concede licença ao cabido do Porto para que os cónegos e beneficiados da Sé pudessem andar em bestas muares.

Livro 1680, fl. 19, original, pergaminho, 305 × 200
(Traslado a fls. 75 e segs. do livro 817 das Sentenças)

95 — 1533, Dezembro, 2 — Lisboa

D. João III confirma os privilégios concedidos por D. Manuel I aos prelados, cabido e demais eclesiásticos do Porto (1517, Junho, 10, Lisboa).

Livro 1687, fls. 51 e 52, original, pergaminho, 263 × 346
(Traslado a fls. 106 e segs. do livro 816 das Sentenças)

96 — 1533, Dezembro, 10 — Lisboa

D. João III sentencia contra os moradores do concelho de Gaia para que paguem os votos que deviam.

Livro 1687, fls. 21 a 32, original, pergaminho, 249 × 327
(Traslado a fls. 27 e segs. do livro 816 das Sentenças)

XV — D. SEBASTIÃO (1568-1578)

97 — 1557, Junho, 23 — Lisboa ⁽⁴⁾

D. Sebastião apresenta a Igreja de Nossa Senhora da Reguenga.

Livro 1684, fl. 15, original, pergaminho, 385 × 240
(Traslado a fls. 136 e segs. do livro 819 das Sentenças)

98 — 1560, Janeiro, 29 — Lisboa ⁽⁵⁾

D. Sebastião concede de mercê a Antão Gonçalves a herdade de Almedina, situada na freguesia de Figueiras. (Carta assinada por Damião de Góis)

Livro 1674, fl. 28, original, pergaminho, 360 × 275
(Traslado a fls. 155 e segs. do livro 800 das Sentenças)

99 — 1563, Janeiro, 30 — Lisboa ⁽⁶⁾

D. Sebastião concede licença para que o cabido do Porto possa comprar bens de raiz até ao valor de 500 cruzados.

Livro 1687, fl. 66, original, pergaminho, 338 × 276
(Traslado a fls. 172 e segs. do livro 816 das Sentenças)

100 — 1563, Abril, 15 — Lisboa ⁽⁷⁾

D. Sebastião concede mercê ao coronel Bartolomeu Ferraz de Andrade para poder doar à mesa capitular umas casas que possuía nos arrabaldes do Porto.

Livro 1686, fl. 2, original, pergaminho, 316 × 224
(Traslado a fls. 7 e segs. do livro 813 das Sentenças)

⁽⁴⁾ e ⁽⁵⁾ Documentos ainda da regência de D. Catarina (1557-1562).

⁽⁶⁾, ⁽⁷⁾, ⁽⁸⁾ e ⁽⁹⁾ Documentos ainda da regência do cardeal D. Henrique (1562-1568).

101 — 1564, Dezembro, 5 — Lisboa ⁽⁸⁾

D. Sebastião apresenta a Igreja de S. Martinho de Lordelo.

Livro 1682, fl. 26, original, ergaminho, 375 × 225
(Traslado a fls. 132 e segs. do livro 810 das Sentenças)

102 — 1567, Junho, 20 — Lisboa ⁽⁹⁾

D. Sebastião apresenta Gaspar de Figueiroa na abadia da Igreja de Nossa Senhora da Reguenga.

Livro 1684, fl. 10, original, pergaminho, 340 × 255

103 — 1568, Maio, 22 — Lisboa ⁽¹⁰⁾

D. Sebastião concede licença para que o chantre João Fevereiro e o cônego Lourenço de Figueiroa possam dar à mesa capitular o terço dos moinhos na Ribeira de Fevoros, em Vilar do Andorinho, e o casal de Bretufe, situado na freguesia de Avanca.

Livro 1672, fl. 39, original, pergaminho, 345 × 270
(Traslado a fls. 159 e segs. do livro 797 das Sentenças)

104 — 1576, Dezembro — Lisboa

D. Sebastião apresenta a Igreja de Santiago de Fonte Arcada na pessoa do licenciado Silvestre Afonso.

Livro 1670, fl. 42; original, pergaminho, 336 × 228
(Traslado a fls. 199 e segs. do livro 795 das Sentenças)

105 — 1779, Outubro, 19 — Porto

D. Sebastião ordena que se subam os juros sobre as rendas dos reinos (1573, Janeiro, 23, Lisboa)

Livro 1660, fls. 78 v.º e segs., traslado, 220 × 331

⁽¹⁰⁾ D. Sebastião foi coroado a 20 de Janeiro de 1568.

XVI — D. FILIPE I (1580-1598)

106 — 1597, Agosto, 20 — Lisboa

D. Filipe I confirma a doação de D. Teresa do couto de S. Faustino da Régua à Igreja do Porto (1127, Setembro, 8, s. l.).

Livro 1659, fl. 81, original, pergaminho, 235 × 339

107 — 1597, Agosto, 20 — Lisboa

D. Filipe I confirma a doação de D. Afonso Henriques do couto de Loriz ao bispo e cabido do Porto (s. d.).

Livro 1687, fls. 40 e 41, original, pergaminho, 245 × 340

108 — 1769, Agosto, 3 — Lisboa

D. Filipe confirma a doação de D. Sancho I (1193, Abril, 5, s. l.) do couto de Gondomar ao bispo D. Martinho Rodrigues (1597, Agosto, 20, Lisboa)

Livro 1659, fls. 22 e segs., certidão, papel, 298 × 203

XVII — D. FILIPE II (1598-1621)

109 — 1756, Abril, 27 — Lisboa

D. Filipe II faculta ao cabido do Porto a possibilidade de arrecadar rendas como se fazia na Real Fazenda de Lisboa (1610, Setembro, 18, Lisboa).

Livro 1661, fls. 17 e segs., certidão, papel, 213 × 301

110 — 1769, Setembro, 27 — Lisboa

D. Filipe II manda que se proceda contra os que resistem à justiça eclesiástica (1620, Março, 22, Lisboa).

Livro 1661, fls. 21 e segs., certidão, papel, 201 × 300

111 — 1779, Outubro, 19 — Porto

D. Filipe II determina que não se possam vender juros nem impor censos sobre as rendas reais (1615, Agosto, 13, Lisboa).

Livro 1660, fls. 77 e segs., traslado, papel, 220 × 331

XVIII — D. PEDRO II (1683-1706)

112 — 1706, Junho, 20 — Lisboa

D. Pedro II concede 120 marcos de prata à Igreja do Porto.

Livro 1660, fls. 52 e segs., certidão, pergaminho, 254 × 323

113 — 1841, Novembro, 5 — Porto

D. Pedro II (ainda príncipe regente) concede 30 000 reis de tença anual ao cabido do Porto (1680, Abril, 3, Lisboa)

Livro 1660, fls. 62¹ e segs., pública-forma, papel, 197 × 297

XIX — D. JOÃO V (1706-1750)

114 — 1769, Agosto, 23 — Lisboa

D. João V confirma a doação do couto da vila de Roriz feita por D. Filipe I (1597, Agosto, 20, Lisboa) — 1745, Julho, 27, s. l.

Livro 1659, fls. 9 e segs., certidão, papel, 206 × 296

115 — 1841, Novembro, 5 — Porto

D. João V concede 72470 reis à mitra e cabido do Porto (1746, Julho, 30, Lisboa)

Livro 1660, fls. 1151 e segs., pública-forma, papel, 195 × 296

XX — D. JOSÉ (1750-1777)

116 — 1764, Abril, 7 — Lisboa

D. José concede 144958 reis à mitra do Porto.

Livro 1660, fls. 75 e 76, original, papel, 263 × 345

XXI — ANEXO 1

HENRIQUE DE CASTELA (1368-1379)

117 — 1378, Valladolid

D. Henrique de Castela confirma o voto de Santiago.

Livro 1663, fl. 13, original, pergaminho, 505 × 606

XXII — ANEXO 2

BULAS QUE TRANSCREVEM E CITAM CARTAS RÉGIAS:

118 — 1202, Janeiro, 9

Inocência III confirma a outorga da jurisdição e senhorio da cidade do Porto, acrescentado das liberdades feitas por D. Sancho I ao bispo D. Martinho confirmando a doação de D. Teresa.

«5.º *Idus Januarii sui Pontificatus anno 4.º*»

Livro 1664, fl. 72-6.º, instrumento (V. nota 1)
(Traslado a fls. 82 v.º e segs. do mesmo livro)

119 — 1216, Fevereiro

Honório III confirma a doação e testamento de D. Teresa (V. n.º 1)

«*Secundo (?) Kalendas Februarii Pontificatus anno primo*»

Livro 1664, fl. 72-5.º, instrumento (V. nota 1)

120 — 1227, Março, 5

Honório III concede protecção ao bispo e cabido da Sé do Porto e, especialmente, à cidade com seu distrito, pertenças e jurisdição na forma doada por D. Teresa e confirmada por D. Afonso II.

«*Tertio nonas Martii sui Pontificatus anno undecimo*»

Livro 1664, fl. 72-5.º, instrumento (V. nota 1).
(Traslado a fls. 81 v.º e segs. do mesmo livro)

121 — 1227, Abril, 5

Gregório IX patrocina manter a Igreja do Porto na posse da cidade com o seu distrito, pertenças e jurisdição na forma da doação de D. Teresa confirmada por D. Afonso II.

«*Nonas Aprilis sui Pontificatus anno primo*»

Livro 1664, fl. 72-7.º, instrumento (V. nota 1)
(Traslado a fls. 82 v.º e segs. do mesmo livro)

122 — 1254, Janeiro

Inocência IV confirma a doação que D. Sancho II fez à Igreja do Porto do padroado da Igreja de Avanca (1245, Março, 2, Porto)

Livro 1687, fl. 46, original, pergaminho, 355 × 280

123 — 1254, Julho, 6

Inocência IV confirma o contrato de D. Sancho II sobre redízima da Alfândega, Igrejas e foro eclesiástico.

Livro 1664, fl. 30, original, pergaminho, 591 × 465

ÍNDICES

1 — ÍNDICE CRONOLÓGICO

Anos	N.ºs dos documentos	Anos	N.ºs dos documentos
1120	1	1375	43
1127	106	1378	117
1131	38	1380	44
1193	108	1383	45
1202	118	1388	46
1212	22	1390	47
1216	119	1392	48
1218	3	1394	49
1225	11	1396	50
1227	120 e 121	1405	51 e 55
1238	4 e 12	1406	52 e 53
1250	15	1414	54
1254	122 e 123	1417	55
1255	14	1423	45, 56, 66 e 67
1264	16	1426	57, 58 e 59
1280	19	1427	64
1282	24, 25 e 32	1429	65
1288	19	1430	60
1289	31	1431	61
1292	20	1432	62, 63, 74 e 86
1293	21	1433	68
1295	22	1434	68
1304	23	1435	69
1305	1, 2, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 15, 16, 24 e 25	1439	63
1306	12	1441	69
1307	29	1442	70
1316	27	1448	71
1322	28	1450	71
1323	29 e 30	1451	72 e 73
1332	45	1452	74 e 82
1334	33	1454	85
1335	33 e 45	1457	75 e 76
1336	36	1459	77
1341	37, 38, 39, 40 e 41	1460	78
1342	34 e 35	1463	79
1357	45	1465	13 e 64
1367	45	1466	80
1368	42	1467	81
		1474	82

Anos	N.ºs dos documentos
1475	83
1479	84
1482	85
1485	86
1491	87
1498	88 e 89
1502	90 e 91
1505	92
1517	95
1518	93
1524	94
1533	95 e 96
1557	97
1560	98
1565	99 e 100
1564	101

Anos	N.ºs dos documentos
1567	102
1568	103
1576	104
1610	109
1615	111
1620	110
1680	113
1706	112
1746	115
1755	36
1756	65 e 109
1764	116
1769	32, 37, 38, 66, 67, 108, 110 e 114
1779	39, 40, 41, 93, 105 e 111
1841	113 e 115

2 — ÍNDICE ONOMÁSTICO

- AFONSO HENRIQUES (D.), *rei* — 2, 38 e 40
 AFONSO II (D.), *rei* — 3, 25, 120 e 121
 AFONSO III (D.), *rei* — 14, 15, 16, 17, 18, 22 e 32
 AFONSO IV (D.), *rei* — 33, 34, 35, 36, 37, 38, 39, 40, e 41
 AFONSO V (D.), *rei* — 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84 e 85
 AFONSO LUIS — 84 e 87
 AFONSO MARTINS — 88
 AFONSO RODRIGUES RIBEIRO — 33
 ALMEDINA — 98
 ANTÃO (D.), *bispo* — 61
 ANTÃO GONÇALVES — 98
 ATIAIS — 20
 AVANCA — 103 e 122
 AVINTES — 77
 BARTOLOMEU FERRAZ DE ANDRADE, *coronel* — 100
 BEDUÍDE — 13
 BRAGA — 5
 BRANCA (D.), *infanta* — 33
 BRETUFE — 103
 CABANÕES — 32
 CAMPANHÃ — 38
 CANEDO, Mosteiro de — 21, 22, 23, 29 e 34
 CLEMENTE IV, *papa* — 25
 COIMBRA — 45
 CRESTUMA — 37
 DAMIÃO DE GÓIS — 98
 DINIS (D.), *rei* — 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31, 32 e 33
 DIOGO GONÇALVES PEIXOTO — 79
 DOURO (rio) — 25
 DUARTE (D.), *rei* — 68 e 69
 ENTRE-DOURO-E-MINHO — 57 e 59
 ESCURA, *rua* — 80
 FEIRA — 21 e 75
 FERNANDO (D.), *rei* — 42, 43, 44 e 45
 FERMUSSA — 20
 FERNÃO VASQUES — 77
 FIGUEIRAS — 98
 FILIPE I (D.), *rei* — 106, 107, 108 e 109
 FILIPE II (D.), *rei* — 109, 110 e 111
 FORMOSA, *rua* — 55
 FRANÇA — 46
 GAIA — 14, 20, 25, 75 e 96
 GASPARD DE FIGUEIROA — 102
 GIL (D.), *bispo* — 55
 GIRALDO (D.), *bispo* — 23, 26 e 29
 GONDOMAR — 108
 GONÇALO PIRES — 88
 GREGÓRIO IX, *papa* — 121
 GUIMARÃES — 28 e 56
 GUINÉ — 88
 HENRIQUE (D.), *rei de Castela* — 117
 HONÓRIO III, *papa* — 119 e 120
 HOSPITAL, Ordem do — 35
 HUGO (D.), *bispo* — 1
 INGLATERRA — 46
 INOCÊNCIO III, *papa* — 118
 INOCÊNCIO IV, *papa* — 122 e 123
 JOÃO I (D.), *rei* — 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 71, 74, 75, 78, 82 e 91

JOÃO II (D.), *rei* — 85, 86 e 87
 JOÃO III (D.), *rei* — 94, 95 e 96
 JOÃO III (D.), *bispo* — 55
 JOÃO V (D.), *rei* — 114 e 115
 JOÃO GOMES (D.), *bispo* — 30
 JOÃO PECULIAR (D.), *bispo* — 2
 JOÃO RODRIGUES DE SÁ — 49
 JOÃO DE REFOJOS — 92
 JOSÉ I (D.), *rei* — 116

LAMEGAL — 32
 LORIZ — 107
 LOURENÇO DE FIGUEIROA, *cónego* — 103

MAIA (*Madia*) — 18 e 19
 MANUEL I (D.), *rei* — 88, 89, 90, 92, 93 e 95
 MARIA DOMINGUES — 35
 MARRECOs — 79
 MARTINHO RODRIGUES (D.), *bispo* — 3, 6, 8, 9, 10, 108 e 109
 MEINEDO — 38 e 41
 MIRAGAIA — 92

NOSSA SENHORA DA REGUENGA, *Igreja de* — 97, 102, 103, 104 e 105

OLEIROS — 72
 OUTEIRO — 35

PARANHOS — 37
 PEDRO I (D.), *rei* — 45
 PEDRO II (D.), *rei* — 112 e 1113
 PEDRO MARTINE, *mercador* — 17
 PEDRO POIARES, *sobrinho de D. Dinis* — 10
 PEDRO SALVADOR (D.), *bispo* — 13
 PEDROSO — 73, 75 e 75
 PENEDO — 35
 PINDELO — 19
 PORTELA — 49
 PORTO (*Cabido, cidade, Igreja, Mitra e moradores do*) — 1, 2, 3, 4, 5, 8, 9, 10, 11, 15, 16, 17, 19, 20, 24, 25, 26, 27, 28, 34, 36, 37, 38,

39, 40, 42, 43, 45, 46, 47, 48, 51, 52, 53, 54, 56, 58, 59, 60, 64, 66, 67, 68, 69, 70, 72, 73, 77, 78, 81, 83, 86, 87, 92, 93, 94, 95, 99, 100, 106, 107, 109, 112, 113 e 116

QUINTA — 19

RÉGUA — 39 e 61
 RIBEIRA DE FEVOREE — 103
 RORIZ — 39 e 115

SANCHO I (D.), *rei* — 108 e 118
 SANCHO II (D.), *rei* — 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 122 e 123
 SALAMANCA — 4
 SANDEADO — 38
 SANTA MARINHA — 20
 SANTIAGO DE FONTE ARCADEA — 104
 SÃO FAUSTINO DA RÉGUA — 106
 SÃO MARTINHO DE LORDELO — 101
 SÃO PEDRO DA COVA — 40
 SÃO PEDRO DE FERREIRA — 36
 SAPATARIA (*Çapataria*) — 31
 SEBASTIÃO (D.), *rei* — 97, 98, 100, 101 e 102
 SILVESTRE AFONSO, *licenciado* — 104
 SOALHÃES — 13

TAROUQUELA — 49
 TERESA (D.), *rainha* — 1, 106, 118, 119, 120 e 121
 TOMÉ MARTINS — 52

URRÔ — 79

VALADARES — 49
 VALADARES — 49
 VÁLEGA — 33
 VICENTE (D.), *Bispo* — 19, 20, 24 e 25
 VILA NOVA DO CASAL — 84
 VILAR DO ANDORINHO — 103
 ZAMORA — 4

3 — ÍNDICE IDEOGRÁFICO

ABADES — Ver: Cargos e Dignidades eclesiásticos.

AÇOUGAGENS — Ver: Direitos.

ALMOXARIFE — Ver: Cargos civis e militares

APOSENTADORIAS — Ver: Direitos.

ARCEBISPOS — Ver: Cargos e Dignidades eclesiásticos.

BARREGÃS: 85.

BISPOS — Ver: Cargos e Dignidades eclesiásticos.

CAPITÃES — Ver: cargos civis ou militares.

CARGOS CIVIS E MILITARES:

— ALMOXARIFE: 23, 27, 51, 47 50, 51, 53 e 75.

— CAPITÃES: 88.

— CONTADORES: 52.

— CORONÉIS: 100.

— ESCRIVÃES: 68 e 90

— JUÍZES: 30, 67 e 68.

— MORDOMOS: 5.

— OFICIAIS: 47 e 50

— PROCURADORES: 67.

— TABELIÃES: 26, 53 e 55.

— VEREADORES: 67

CARGOS E DIGNIDADES ECE-
SIÁSTICOS:

— ABADES: 21.

— ARCEBISPOS: de Braga: 5.

— BISPOS:

— do Porto: Antão: 61; Gil: 55;

Giraldo: 23, 26 e 29; Hugo:

1; João: 55; João Gomes: 30;

João Peculiar: 2; Martinho:

3, 6, 8, 9, 10, 108 e 109 e

Pedro Salvador: 13;

— de Salamanca: 4

— PRIORES: 84.

CASAIS — Ver: Propriedade agrí-
cola.

CONFIRMAÇÕES: 5, 21, 53, 36, 37,
38, 39, 40, 41, 45, 70, 91, 106, 107,
108, 114, 118, 119 e 120.

CONTADORES — Ver: Cargos civis
e militares.

CONTRATOS: 12, 48, 51, 55 e 78.

CORONÉIS — Ver: Cargos civis ou
militares.

CORREGEDORES — Ver: Cargos
civis e militares.

CRUZADOS — Ver: Moedas.

DIREITOS:

— AÇOUGAGENS: 27.

— APOSENTADORIAS: 65.

— HOSPEDAGENS: 34.

— PENSÕES: 55 e 60.

— PESCARIAS: 24.

— REAIS: 51.

DIREITOS REAIS — Ver: Direitos.

DÍZIMA — Ver: Tributos.

DOAÇÕES: 2, 3, 20, 22, 32, 100, 106,
107, 108, 114, 117, 119, 120, 121
e 122.

ESCRAVOS: 88.

ESCRIVÃES — Ver: Cargos civis e
militares.

FIDALGOS: 60.

FINTA — Ver: Tributos.

FORAIS: 14.

GEIRAS: — Ver: Tributos.

HERDADES — Ver: Propriedade
agrícola.

HOSPEDAGENS — Ver: Direitos.

IGREJAS:

- AVANCA: 122
- BEDUIDE: 13.
- CABANÕES: 20 e 32.
- LAMEGAL: 32.
- MAIA (*Madia*): 18.
- NOSSA SENHORA DA REGUENGA, 97 e 102.
- SANTA MARINHA: 20.
- SANTIAGO DA FONTE ARCADEA: 104.
- SÃO MARTINHO DE LORDELO: 101.
- SOALHAIS: 13.
- VÁLEGA: 33.

INQUIRIÇÕES: 18.

JUDEUS: 54.

JUIZES — Ver: Cargos civis e militares.

LAVRADORES — Ver: Profissões.

LIBRAS — Ver: Moedas.

MARCOS — Ver: Moedas.

MERCADORES — Ver: Profissões.

MOEDAS:

- CRUZADOS: 99.
- LIBRAS: 51, 55, 78, 83 e 91
- MARCOS: 112.
- REIS: 81, 93, 113, 115 e 116.

MORDOMOS — Ver: Cargos civis e militares.

OFICIAIS — Ver: Cargos civis e militares.

PADROADOS: 13.

PENSÕES — Ver: Direitos.

PESCADORES — Ver: Profissões.

PESCARIAS — Ver: Direitos.

PONTÍFICES:

- CLEMENTE IV: 25.
- GREGÓRIO IX: 121.
- HONÓRIO III: 119 e 120.
- INOCÊNCIO III: 118.
- INOCÊNCIO IV: 122 e 123.

PORTAGENS — Ver: Tributos.

PRIORES — Ver: Cargos e dignidades eclesiásticas.

PROFISSÕES:

- LAVRADORES: 62, 63 e 73.
- MERCADORES: 17 e 46.
- PESCADORES: 11.

PROPRIEDADE AGRÍCOLA:

- CASAIS: 19, 35, 49, 62, 63 e 103.
- HERDADES: 98.
- QUINTAS: 79.

QUINTAS — Ver: Propriedade agrícola.

REDIZIMA — Ver: Tributos.

REGUENGOS: 21, 50 e 60.

RENDAS — Ver: Tributos.

REIS — Ver: Moedas.

REIS DE PORTUGAL:

- AFONSO HENRIQUES: 2, 38 e 40.
- SANCHO I: 108 e 118.
- AFONSO II: 3, 25, 120 e 121.
- SANCHO II: 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 122 e 123.
- AFONSO III: 14, 15, 16, 17, 18, 22 e 23.
- DINIS: 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 30, 31, 32 e 33.
- AFONSO IV: 33, 34, 35, 36.
- PEDRO I: 37, 38, 39, 40, 41 e 45.
- FERNANDO: 42, 43, 44 e 45.
- JOÃO I: 46, 47, 48, 49, 50, 51, 52, 53, 54, 55, 56, 57, 58, 59, 60, 61, 62, 63, 64, 65, 66, 67, 71, 74, 75, 78, 82 e 91.
- DUARTE: 68 e 69.
- AFONSO V: 70, 71, 72, 73, 74, 75, 76, 77, 78, 79, 80, 81, 82, 83, 84 e 85.
- JOÃO II: 85, 86 e 87.
- MANUEL I: 88, 89, 90, 91, 92, 93 e 95.
- SEBASTIÃO: 97, 98, 99, 100, 101 e 102.
- FILIPE I: 106, 107, 108 e 109.
- FILIPE II: 109, 110 e 111.

- PEDRO II: 112 e 113.
- JOÃO V: 114 e 115.
- JOSÉ: 116.

SARRACENOS: 5.

SISA — Ver: Tributos.

TABELIÃES — Ver: Cargos civis e militares.

TALHAS — Ver: Tributos.

TRIBUTOS:

- DÍZIMAS: 8.
- FINTAS: 66.

— GEIRAS: 77.

— PORTAGENS: 12, 28, 42, 44, 45, 54, 56 e 89.

— REDÍZIMAS: 4, 13, 47, 64, 90 e 123.

— SISAS: 42, 43, 44 e 89.

— TALHAS: 66.

VEREADORES — Ver: Cargos civis e militares.

VOTOS DE SANTIAGO: 57, 58, 62, 63, 72, 73, 74, 75, 82, 86, e 117.

OFICINAS DA LIVRARIA CRUZ
AV. IMACULADA CONCEIÇÃO — BRAGA
1981